



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS
SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE.
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ATA Nº 011/2012
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Aos oito dias do mês de maio do ano de dois mil e doze, às 09h e 40min (nove horas e quarenta minutos) teve início, na sede do PREVIMPA, situada na Rua Uruguai, 277 – 6º andar, a tricentésima quadragésima reunião do Conselho de Administração. Presidiram a mesa os conselheiros, Pedro Luis da Silva Vargas, como Presidente e Fatima Regina Carlos Saikoski como Secretária. Estiveram presentes os conselheiros titulares: Adelto Rohr, Alexandre Salgado Marder, Eduardo Kreuzer, Eros Miguel Sadowoy Martins, Francisco José Menezes da Silva, Gilmar Cardozo dos Santos, Luiz Fernando Rigotti, Marilena Ruschel da Cunha, Maris Regina Vieira Honaiser, Marisa Ney Santos de Pinho, Ricardo Zucareli Pulvirenti, Sérgio Luiz Brum, Sueli de Fatima Mousquer e os conselheiros suplentes: José Francisco Espirito Santo, João Carlos Carpes da Silva e Manuel Roberto Escobar. Justificou ausência o conselheiro: Alexandre Dias Abreu. Aberta a sessão, o Presidente solicitou a leitura das Atas nº 009 e nº 010 das sessões dos dias 17/04 e 24/04/2012, respectivamente. Após a leitura das referidas Atas o Presidente colocou-as em discussão e não havendo manifestação as mesmas foram aprovadas. Logo a seguir foi disponibilizado espaço aos conselheiros para apresentação de informes. A conselheira Maris informa sobre a liberação do ponto para participação na Assembleia Geral do SIMPA que ocorrerá no dia 10/05/2012 às 13h30min para a 1ª chamada e às 14h para a 2ª chamada no Centro de Eventos do Parque Harmonia. O conselheiro Espirito Santo solicita informações sobre a implementação da revisão da mudança de padrão dos guardas, sendo respondido que será ex-officio. O conselheiro Gilmar fala sobre o Regimento Eleitoral e o Edital das Eleições dos Conselhos de Administração e Fiscal do Departamento, informa que para as inscrições das chapas o prazo será de quinze dias úteis, começará dia 21/05 e terminará dia 11/06/2012 e diz ainda que no DOPA do dia 10/05 deverá ser publicado todo o cronograma das eleições. A conselheira Sueli complementa a fala do conselheiro Gilmar dizendo que ele é o Secretário da Comissão Eleitoral e que as eleições deverão ocorrer seguindo os mesmos moldes da eleição anterior, uma vez que não será possível utilizar o processo eletrônico, para tanto a PROCempa solicitou que o Departamento firmasse um Termo de Convênio o qual deveria passar por este Conselho e tendo em vista que todo o pleito deve se concluir até setembro de 2012, não haveria tempo hábil para discussão do referido Termo. O Presidente informa sobre o I Congresso Nacional dos Servidores dos Legislativos e Tribunais de Contas que acontecerá na Câmara Municipal de São Paulo entre os dias 23 a 25/05/2012, salienta dois painéis importantes: 1- “Previdência Complementar”, será apresentado pelo Sr. Delúbio Gomes, representante do Ministério da Previdência e 2- “Previdência Complementar no Serviço Público” será apresentado pela Professora Dra. Lucieni Pereira da Silva – Especialista e Professora de Finanças. O conselheiro Rigotti informa que junto com a assessora jurídica Anelise, irá participar de um congresso realizado pelo CONAPREV, na cidade de Palmas – Tocantins – nos dias 09 a 12/05/2012, ressalta que neste congresso haverá representantes dos Tribunais de Contas e um Work-Shop onde serão discutidas questões práticas junto a estes órgãos. Na sequência passou-se a ordem do dia – apreciação da cópia do processo – aquisição da SEDE. A conselheira Fatima sugeriu que o conselheiro Eros – representante deste Colegiado junto ao grupo de trabalho que trata do assunto, fizesse um breve relato. O conselheiro Eros diz que em conversa com o Diretor Geral – Substituto, Claudio Meirelles Lago, este o informou das dificuldades iniciais em encontrar imóvel na região central dentro dos parâmetros entendidos como essenciais para a SEDE do PREVIMPA,

sendo apontado como principal entrave a pouca oferta e valores elevados. Devido a essas dificuldades começou-se a trabalhar a ideia da negociação de um terreno. Após várias pesquisas junto a Secretaria da Fazenda no setor de Próprios Municipais foi identificada uma área entendida como ideal para a construção da SEDE, por estar em uma região de grande acessibilidade, o que facilitará, tanto o acesso dos segurados quanto os deslocamentos das atividades funcionais do Departamento, esta área fica localizada a Rua Dolores Alcaraz Caldas, esquina da Rua Celeste Gobbato, bairro Praia de Belas. Solicitou-se uma avaliação do terreno a qual foi inicialmente feita sob imóvel que não o solicitado pelo Departamento, após a correção, o valor ficou em torno de três milhões de reais e que a forma de pagamento está sendo pleiteada em troca de amortização de algumas parcelas do déficit previdenciário do Município com o PREVIMPA. A conselheira Maris diz que analisando a cópia do processo verificou que entre as duas avaliações há uma diferença de área em torno de 10% menor da segunda em relação a primeira e que mesmo com esta diferença o valor foi arredondado para os mesmos três milhões iniciais e questiona ao conselheiro Eros sobre o andamento do processo tendo em vista que a última movimentação foi o encaminhamento à ASSETEC/SMF em 01/03/2012. O conselheiro Eros diz que em relação à diferença de área/valor não tem conhecimento técnico para fazer essa análise, quanto à demora do processo no gabinete do secretário entende que possa haver outras demandas prioritárias e que o Departamento mesmo buscando celeridade deve ter cautela. O conselheiro Rigotti diz que este terreno está sendo negociado a mais de três anos, em relação a diferença de área/valor não entrou em detalhe, pois a avaliação foi feita por técnicos que conhecem a matéria, quanto a demora da resposta do Secretário deve-se ao aguardo da resposta do Prefeito, ressalta ainda que será um bom negócio para o PREVIMPA e para a PMPA, uma vez que esta irá amortizar parte da sua dívida com este Departamento, pois mensalmente a Administração Centralizada desembolsa em torno de R\$180 mil reais para pagamento do seu passivo atuarial, já para o PREVIMPA além deste ter parcelas da dívida do déficit previdenciário amortizadas o local tende, em pouco tempo ser bastante valorizado. O Presidente fala em relação à igualdade de valores citada anteriormente pela conselheira Maris dizendo que como leigo entende que a diferença possa ser devido às datas em que foram realizadas as avaliações, tendo em vista que uma foi realizada em abril de 2011 e outra em fevereiro de 2012, e questiona sobre o que o Departamento está pensando em relação à resposta do Ministério da Previdência quando questionado quanto a forma de pagamento que está sendo pleiteada, quando este sugere *“a alteração do objeto do parcelamento para déficit atuarial, buscando melhor caracterização de sua finalidade, pois a legislação dispensa tratamento diferenciado quando se trata de parcelamento relativo a déficit atuarial”*. O conselheiro Alexandre Marder diz que para o Departamento certificar-se de que haveria viabilidade jurídica em relação a forma de pagamento pretendida, foi formulada consulta ao Ministério da Previdência que teve a seguinte resposta: *“a questão principal levantado no questionamento refere-se à possibilidade de se receber parte da dívida atuarial mediante a dação em pagamento de um terreno, tal operação, ou seja, a utilização do instituto da dação em pagamento para quitar ou amortizar tal espécie de débito (déficit atuarial), de acordo com o preconizado no art. 7º da portaria 402 de 2008, o qual tem o seguinte contexto: É vedada a dação em pagamento com bens móveis e imóveis de qualquer natureza, ações ou quaisquer outros títulos, para a amortização de débitos com o RPPS, excetuada a amortização do déficit atuarial”, é permitida.* Diante desta resposta a ideia é que se faça uma cláusula esclarecedora do objeto no mesmo ato. A conselheira Marilena questiona que mesmo que o Projeto de construção da SEDE ainda não esteja bem formatado, se é possível avaliar se o valor de aproximadamente R\$7 milhões, destinados a SEDE, serão suficientes para a execução do projeto. O conselheiro Rigotti diz que houve um questionamento bastante acirrado com membros da Secretaria da Fazenda e que em vista das projeções começou-se a fazer prospecção de negócios, acredita que depois do aval do Prefeito ainda levará um prazo de aproximadamente seis meses para conclusão do negócio. O PREVIMPA pretende construir uma área de 6.000m², porém o terreno tem potencial

97 para construção de 10.000m². Para a elaboração do projeto trabalha-se em duas possibilidades: uma
98 de que o Departamento faça um concurso público aberto a todos os municipais e a outra é de
99 contratação de um arquiteto com nome reconhecido, o que também valorizará a construção. O
100 conselheiro Rigotti acredita que após a aprovação dos projetos (básico e executivo) e com o
101 dinheiro na mão, levará aproximadamente dois anos para que o PREVIMPA tenha sua SEDE,
102 ressalta que já solicitou estudo ao economista Tiago Iesbick quanto à viabilidade de ter um Fundo
103 Imobiliário. A conselheira Fatima diz que o processo não está sob a governabilidade do
104 PREVIMPA e sim sob responsabilidade política do Prefeito Municipal, tornando a situação
105 desconfortável para o Departamento, uma vez que o processo está em torno de 70 dias com o
106 Secretário Municipal da Fazenda. Considera este ano estratégico para garantir que esta negociação
107 se concretize antes do pleito eleitoral, tornando-se importante que o Conselho de Administração
108 construa ações que possam agilizar a tramitação do processo. O conselheiro João Carlos corrobora
109 com a conselheira Fatima quando esta diz que este é um ano estratégico e questiona se a
110 morosidade tem relação com a reserva do terreno para a Procuradoria Geral do Município conforme
111 consta no processo, sendo respondido que não. O conselheiro Adelto corrobora com o conselheiro
112 Rigotti quando este lança a ideia de um concurso público para a elaboração do projeto após a posse
113 do terreno e em relação a todas as exposições ora apresentadas quanto à intenção do Departamento
114 realizar o negócio, diz que entendeu que este Conselho está dando o aval a Direção Geral para
115 viabilizar o retorno do processo o mais rápido possível. O conselheiro Brum relata que o
116 DEMHAB, para a construção de sua SEDE na Av. Princesa Isabel, fez negociação com o mercado
117 imobiliário e acredita que o PREVIMPA deva seguir esta linha, para tanto deverá apressar para que
118 a 1ª fase deste processo conclua-se ainda neste governo e discorda das alternativas apresentadas em
119 relação a concurso público ou contratação de arquiteto renomado e entende melhor a realização de
120 negociação com o mercado na busca de viabilizar a elaboração do projeto junto à iniciativa privada,
121 garantindo-se assim que em prazo razoável o Departamento tenha sua SEDE. O conselheiro Eros
122 diz que o Departamento está buscando celeridade, mas que a situação fica desconfortável em função
123 de estar na espera da resposta de terceiros e que o PREVIMPA deve ter o cuidado para não perder o
124 terreno para outras instituições. A conselheira Maris diz que por se tratar de um bom negócio para o
125 PREVIMPA, entende que o Conselho de Administração deve ser favorável a sua concretização e
126 sugere que se encaminhe ofício solicitando agilidade ao andamento do processo, acrescentando que
127 num segundo momento as preocupações se voltem para como será montado o negócio e que apoia a
128 ideia de fazer parceria com a iniciativa privada e assim, com o tempo, os valores investidos possam
129 ser somados ao patrimônio da instituição. A conselheira Marisa reporta-se ao relato do conselheiro
130 Brum em relação à SEDE do DEMHAB e acrescenta que este contratou um profissional como CC
131 que por um tempo trabalhou dentro do Departamento passando por todos os setores para
132 desenvolver o projeto. O Presidente propõe que a deliberação deste Colegiado, no primeiro
133 momento, seja para dar aval à gestão do Departamento para que prossiga no processo de negociação
134 e que o mesmo chegue a Termo e que as questões relativas à elaboração e execução do projeto
135 sejam tratadas oportunamente. A conselheira Fatima ratifica sua manifestação anterior sobre a
136 questão dos limites do PREVIMPA e deste colegiado em relação à tramitação do processo e diz ser
137 importante constar em Ata a manifestação unânime deste Colegiado em relação ao desejo de que a
138 negociação se concretize. O Presidente sugere que a Direção Geral faça um documento dirigido ao
139 Secretário da Fazenda com argumentos retirados desta Ata. O conselheiro Brum diz que nada obsta
140 que a Mesa faça um ofício ao Diretor Geral do PREVIMPA no sentido de buscar a celeridade do
141 processo. Diante das duas propostas citadas, sendo a primeira que este Conselho oficie a Direção
142 Geral do PREVIMPA e a segunda que não há necessidade deste ofício, o Presidente colocou as
143 propostas em votação, sendo vencedora por nove votos a oito a segunda proposta em relação à
144 primeira. Como proposta de pauta para próxima reunião, a mesa sugeriu que sejam convidados os
145 membros do Comitê de Investimentos do Departamento com o intuito de repassar a este Colegiado

146 um panorama geral das recentes alterações no Sistema Financeiro Nacional, sendo aceito pelos
 147 presentes, a Secretaria encarregou-se de providenciar o convite. Não havendo nenhum outro assunto
 148 a ser tratado, o Presidente encerrou a reunião às 11h e 45min (onze horas e quarenta e cinco
 149 minutos) e determinou que fosse lavrada a presente Ata que vai assinada por mim, Fatima Regina
 150 Carlos Saikoski conselheira/secretária de mesa e pelos demais presentes.

151

152

153

154

155 Pedro Luis da Silva Vargas – Presidente

Fatima Regina Carlos Saikoski - Secretária

156

157

158

159 Adelto Rohr

Alexandre Salgado Marder

160

161

162

163 Eduardo Kreuzer

Eros Miguel Sadowoy Martins

164

165

166

167 Francisco José Menezes da Silva

Gilmar Cardozo dos Santos

168

169

170

171 Luiz Fernando Rigotti

Marilena Ruschel da Cunha

172

173

174

175 Maris Regina Vieira Honaiser

Marisa Ney Santos de Pinho

176

177

178

179

180 Ricardo Zucareli Pulvirenti

Sérgio Luiz Brum

181

182

183

184

185 Sueli de Fátima Mousquer

José Francisco Espirito Santo

186

187

188

189 João Carlos Carpes da Silva

Manuel Roberto Escobar